conseguir uma retificação quanto aos seus impostos, e que qualquer dúvida que surja referente ao assunto, basta procurar o funcionário Augusto Vilela no departamento de fazenda da Prefeitura. O vr. Hernani Giacolla requereu usar da palavra pelo artigo 105 do regimento; após submetido a plenário, esta solicitação foi deferida. Ocupando a tribuna o vr. apresentou ao plenário o programa do aniversário da cidade, sendo aparteado pelo Vr. Francisco Rodarte que sugeriu se prestasse a homenagem ao magistério, no Lane Morton onde se realizaria a festa de encerramento do centenário, sendo que foi acatada essa sugestão. O vr. José Santana passou à mão da presidência um requerimento por escrito solicitando sessão secreta conforme o artigo 36 e seus parágrafos. O Sr. Presidente informou que não haveria requerimento a ser discutido, uma vez que o do Vr. sanava apenas reiteração. Nada mais havendo a se tratar o Sr. Presidente encerrou a presente sessão dando início à sessão Secreta e convocou os Vrs. para a próxima sessão, no dia quatorze do corrente no mesmo local e horário de costume.

Hermínio Ferreira - Presidente

Secretário

Vice Presidente

Ata da décima terceira sessão da terceira reunião ordinária da Câmara Municipal de Lavras, em seu período legislativo de mil novecentos e sessenta e nove. Aos dias quatorze de julho do corrente ano, reuniu-se na sala de sessões dez vrs., sendo a mesa ocupada por seus titula

res. Deixaram de comparecer os vrs.: Eduardo Laurenti, José Cornélio e Hermani Gibaralla. A ata da sessão anterior foi aprovada sem emenda. No expediente registrou: correspondência recebida: um cartão da Caixa Econômica Estadual, ofício 1.142/69 da FENAME; um abaixo assinado dos moradores da Rua treze de outubro. A presidência indagou se havia algum projeto em pauta. Sendo respondido pelo Sr. Secretário que havia 1 com referência à construção do novo matadouro, o qual estava com a comissão de justiça para exarar parecer. O Sr. Presidente nomeou o Vr. José Santana para completar a comissão de justiça. Foi colocado em discussão o parecer da comissão de justiça no referido projeto, que foi pela Competência. Usando da palavra pela ordem o vr. Francisco Rodarte indagou do Sr. Presidente se haveria necessidade de o Sr. Prefeito colocar êste projeto em concorrência pública e se necessário, sugeriu que solicitasse o projeto afim de cumprir as formalidades legais. O Sr. Presidente informou que deveria haver uma concorrência pública pois é uma compra acima de NCr$1.000,00. Ocupou a tribuna o vr. Francisco Rodarte dizendo que haveria necessidade que o Chefe do Executivo observasse as prescrições da lei para a compra de imóveis destinados às construções públicas, ponderou que se fizesse uma comunicação indagando se houve ou não um acôrdo da compra dêsse terreno, se não fôsse observado as prescrições da lei, seria ilegal, sendo aparteado pelo vr. José Santana que sugeriu que votasse a verba de sete mil cruzeiros novos para aquisição dêsse terreno, assim o Sr. Prefeito teria de abrir concorrência pública. Usou da palavra o vr. Clóvis Ribeiro dizendo que o Sr. Prefeito enviou o projeto referente ao Matadouro no dia dois de junho e a comissão de justiça solicitou informação referente à concorrência pública, e o Sr. Prefeito já havia respondido e justificado a não colocação em concorrência, disse ainda que êste projeto já foi substituido por solicitação da casa, quando foi pedir a substituição os vrs. deveriam

ter policitado com referência à concorrencia; disse que o projeto já está na casa à muito tempo e já foi pedido várias informações e até hoje não houve uma produção. Tendo apartiado pelo Vereador Francisco Redarte que perguntou se o terreno é ideal e com referência ao preço, se os sete mil cruzeiros novos não era caro, o vereador responden que o terreno é ideal e inclusive já foi feita investigação do terreno e com referência ao preço foi informado pelo sr. Mozart Gomide, que realmente não está caro e faz jus ao terreno. Foi apartiado pelo Vr. Antonio Fragoas Sobrinho que disse haver um pr. que vende um terreno perto da cidade, preenchendo os requisitos e com melhores condições de preço êste pr. é o Dr. Brasileiro de Castro; o vr. Clovis Ribeiro policitou então que se formasse uma comissão para investigar êste terreno. Foi ainda apartiado por vários vrs. Ocupou a tribuna o vr. Antônio Fragoas Sobrinho dizendo que o projeto não foi votado ainda, porque este veio à casa cheio de êrros; disse que é a favor da construção do matadouro mas contra o projeto e que só seria a favor se o M. Prefeito mandasse um parecer técnico do terreno. Acha que deve fazer a concorrência pública e que o Sr. Prefeito entre com uma proposta, para que a lei seja cumprida e o projeto tenha tramitação legal. A Presidência lembrou ao plenário que estava sendo discutido o parecer e deixasse o mérito para a discussão do projeto. Pela ôrdem o vr. Antônio Fragoas Sobrinho indagou do sr. secretário com referencia ao problema do IBRA, sendo informado que foi enviado o ofício mas não obteve resposta. Usou ainda da palavra vários vrs. explanando sôbre o mesmo assunto. O parecer da comissão de justiça no referido projeto, submetido a plenário foi deferido por unanimidade. Passando à terceira parte usou da palavra o vr. José Santana que requereu um ofício ao Sr. Prefeito policitando informar da junta Comercial em Belo Horizonte: qual foi a última modificação contratual processada na forma "Estação Rodoviária Limitada", esclarecendo quais

os pócios que se retiraram e quais os novos pócios admitidos naquela pocedade. Ocupou a tribuna o vr. Sebastião Ferreira, solicitou uma indicação ao S.A.A.E., uma sugestão no sentido que se acresça uma taxa nas mensalidades, afim de resolver os problemas dêste departamento. O vr. Souza Lima requereu de acôrdo com o artigo 105, usar da palavra. Submetido a plenário êste requerimento foi aprovado. Usando da palavra o vr. solicitou que se transcrevêsse em ata o artigo da tribuna com referência à Rodoviária. O Sr. Presidente colocou em discussão os requerimentos apresentados. Do Vr. José Santana, ocupou a tribuna o vr. Francisco Rodarte que disse que esta comissão deve tomar os documentos que precisar e não é necessário a votação do plenário. Este requerimento foi deferido por unanimidade. Do vr. Sebastião Ferreira. Ocupou a tribuna o vr. requerente justificando seu requerimento, pois se fôsse tomado um empréstimo, haveria um acréscimo muito grande nas taxas e sugeriu que um vr. usasse da palavra dez minutos em cada sessão para prestar esclarecimento e preparar o povo, referente ao assunto. Ocupou a tribuna o vr. Souza Lima dizendo por contrário ao requerimento e acha que o Sr. Prefeito deve assumir a direção do S.A.A.E., pois é êle quem troca os canos e faz os serviços, é contra, pois com isto o S.A.A.E. pode se tornar uma outra C.L.E. Usou da palavra o vr. Antônio Fraga Sobrinho e disse que o govêrno não dá mais nada, faz somente empréstimos, disse ainda que êste é um problema nosso e deve ser resolvido pelo pôvo, e que pelo govêrno ficaria mais oneroso e já foi colocado em segundo plano. Usou da palavra o vr. João Batista Goulart explanando que foi criado uma comissão de alto nível para estudar êsse problema, a questão do financiamento foi colocada de lado e também o contrato com a Comag. Sugeriu ao vr. requerente que esta taxa deveria ser cobrada e não ser devolvida mais tarde. Ocupou ainda a tribuna o vr. Francisco Rodarte que sugeriu se constar no requerimento como contribuição de melhoria

e não tarja. Este requerimento logrou aprovação de oito votos contra o do vr. Souza Lima. Ainda o requerimento do vr. Souza Lima foi deferido. A presidência notificou e agradeceu a presença na casa, do Dr. José Alfredo Lunes, que também faz parte da comissão do S.A.A.E.. Esgotado o prazo regulamentar o Sr. presidente encerrou a sessão declarando de ordem do dia o projeto que "Autoriza o Sr. Prefeito a adquirir terreno para a construção do novo matadouro", e convocou os vrs. para a próxima sessão no mesmo local e horário de costume, a se realizar no dia quinze do corrente.

Ocorrência da Câmara Municipal de Lavras, em quinze de julho do ano em curso. Feita a primeira chamada constou a presença dos vrs.: Clóvis Ribeiro, Francisco Rodarte, José Tôrres de Mesquita, Leônidas de Souza Lima, José Santana e Sinval Silva. Sendo a presidência ocupada pelo vr. Clóvis Ribeiro e a secretaria o vr. José Santana. Foi lida a ata anterior, bem como o expediente que constou: ofício 154/69 ao Sr. Prefeito e ofício 155/69 enviando pêsames. Após quinze minutos feita nova chamada que constou da presença dos mesmos vrs. Não havendo "quorum" não houve sessão ficando determinada a próxima para o dia dezesseis do corrente no mesmo local e hora de costume.

Ocorrência da Camara Municipal de Lavras, em dezesseis de julho do corrente ano. Feita a primeira chamada constou a presença dos vrs.: Clóvis Ribeiro, Francisco Rodarte, José Tôrres de Mesquita, Sinval Silva e José Santana. Ocupou a presidência e a secretaria os vrs. Clóvis Ribeiro e Francisco Rodarte, respectivamente. Foi lida a ata e o expediente, que constou do ofício 156/69 à professôra Leonor Botelho. Feita nova chamada após quinze minutos, constando da presença dos mesmos vereadores. Não havendo número legal não houve sessão, ficando determinada a próxima para o dia dezessete do corrente.

Heverlarro Pontes - Presidente
Secretário - Secretário
Dinval Silva
Secretário
Antônio Aguiar Sobrinho
Vereador
Vereador

Ata da décima quarta sessão da terceira reunião ordinária da Câmara Municipal de Lavras, em seu período legislativo de mil novecentos e sessenta e nove. Aos dias dezessete de julho do ano em curso, reuniu-se na sala de sessões da Câmara os vrs., sendo a mesa ocupada por seus titulares. Deixaram de comparecer os vrs. José Santana e Hermani Giarolla. Ata da sessão anterior foi aprovada sem emenda. Não houve expediente. De acôrdo com a Resolução foi colocado em primeira discussão projeto e pareceres; que autoriza a Prefeitura a adquirir terreno para a construção do novo Matadouro." Usando da palavra o vr. Souza Lima requereu regime de urgência para o referido projeto. O Sr. Presidente colocou em discussão êsse requerimento. Ocupou a tribuna o vr. Antônio Aguiar Sobrinho que disse ser contrário ao regime de urgência e não vê nenhuma justificativa quanto à isso, disse ainda que a prefeitura não possui numerários para realizar esta obra, pois não o tem nem para pagar o que deve à ACEPLAM, disse ainda que o projeto é ilegal e está eivado de êrro por isso devem discutir e votá-lo em três sessões. A Presidência chamou a atenção do plenário de que o projeto está contra as normas de compra da prefeitura e que a câmara não deve votar em regime de urgência, mas em três sessões, pois podem surgir novos esclarecimentos; disse que é um dever da presidência advertê-los, pois êste é um assunto muito